



# **XV** Convenção de Contabilidade de Minas Gerais

FAZENDO A CONTA DE UM FUTURO  
COM INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE



# **NOVOS TEMPOS DE CONTROLE PÚBLICO**

Avanços e Desafios

# Henrique Hermes Gomes de Moraes

Auditor Fiscal da Receita Estadual de Minas Gerais – Aposentado

Professor de Controle Interno e Auditoria Governamental

Bacharel em Ciências Contábeis pela UFMG

Pós Graduado em Controle Externo pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais

# O QUE VEREMOS HOJE?

- ▶ Desigualdade
- ▶ Transparência
- ▶ Passos para o novo controle
- ▶ Conclusão

# DESIGUALDADE

## 27,4% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA VIVE ABAIXO DA POBREZA

Em 2023, o percentual da população do país com rendimento domiciliar per capita abaixo da linha de pobreza adotada pelo Banco Mundial foi de 27,4%, o que representa uma população de 59 milhões.

Os dados fazem parte da pesquisa anual Síntese de Indicadores Sociais (SIS), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - **erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;**

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.



# TRANSPARÊNCIA

**O Índice de Transparência e Governança Pública foi criado para ser uma ferramenta de avaliação da transparência dos entes públicos brasileiros, a fim de comparar sua evolução e estimular melhorias contínuas da transparência pública.**



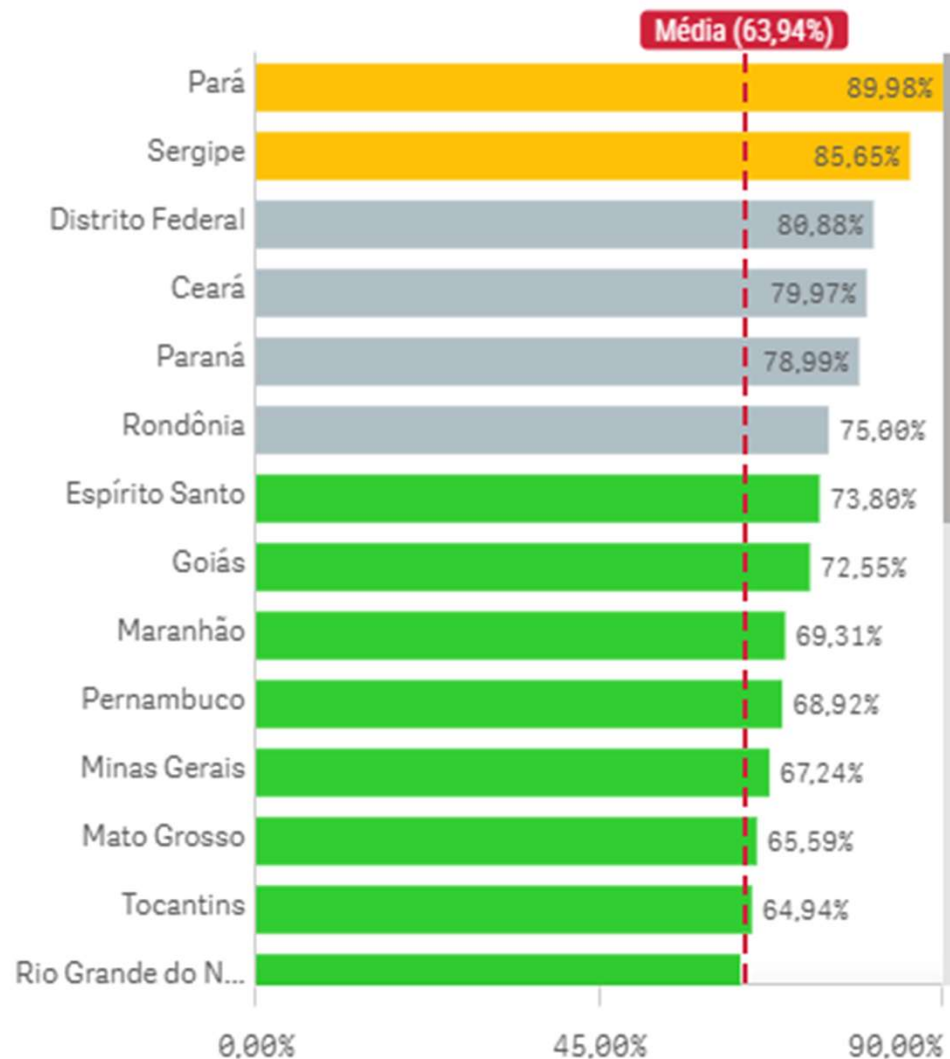
## TRANSPARÊNCIA NO BRASIL

**63,94% É O ÍNDICE  
NACIONAL DE  
TRANSPARÊNCIA  
DO BRASIL EM 2024**

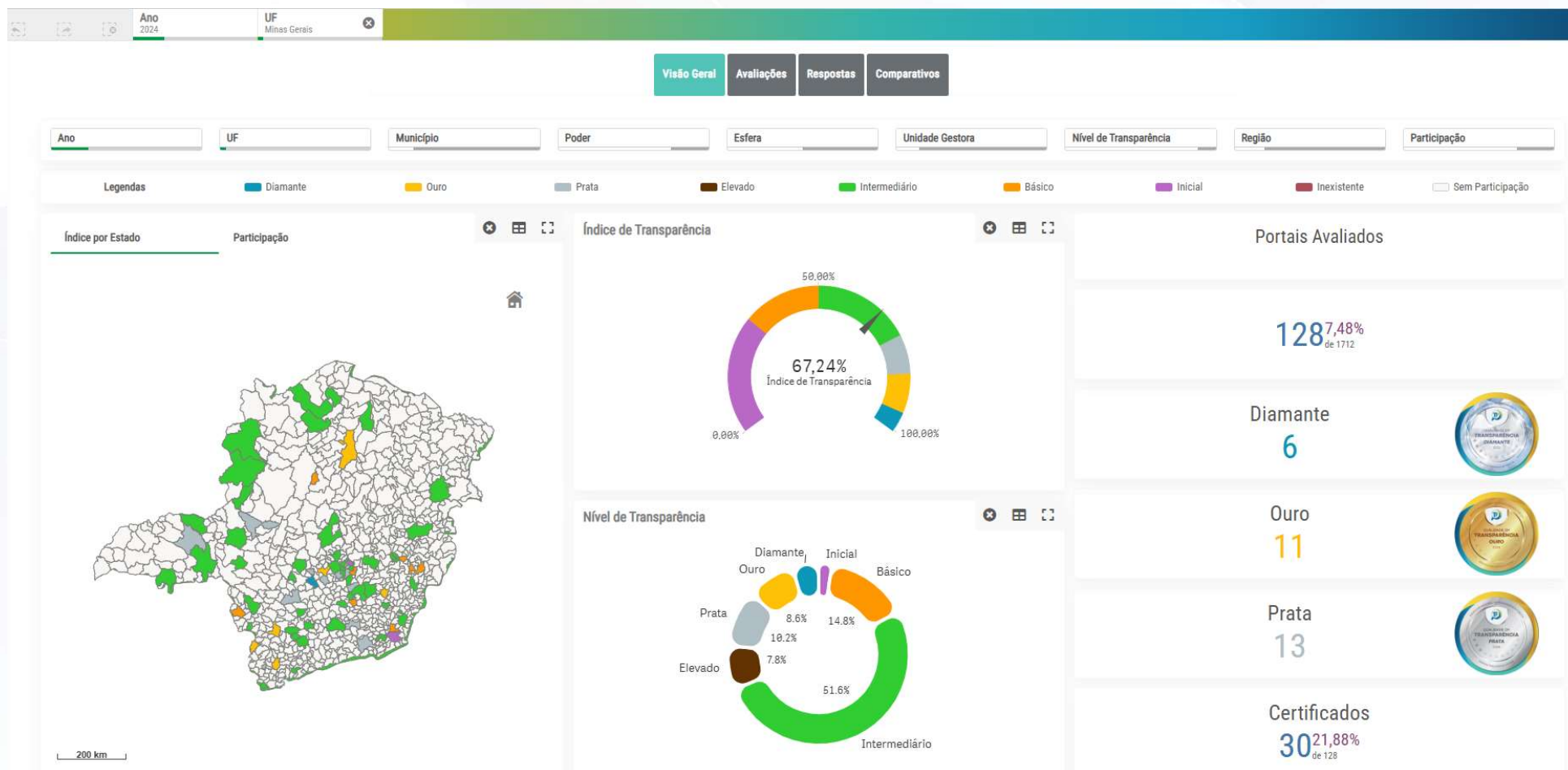
“Índice médio de transparência dos portais públicos no Brasil é de 63,94%, de acordo com pesquisa da ATRICON.”

*Atricon, em 2024*

### Índice por Estado

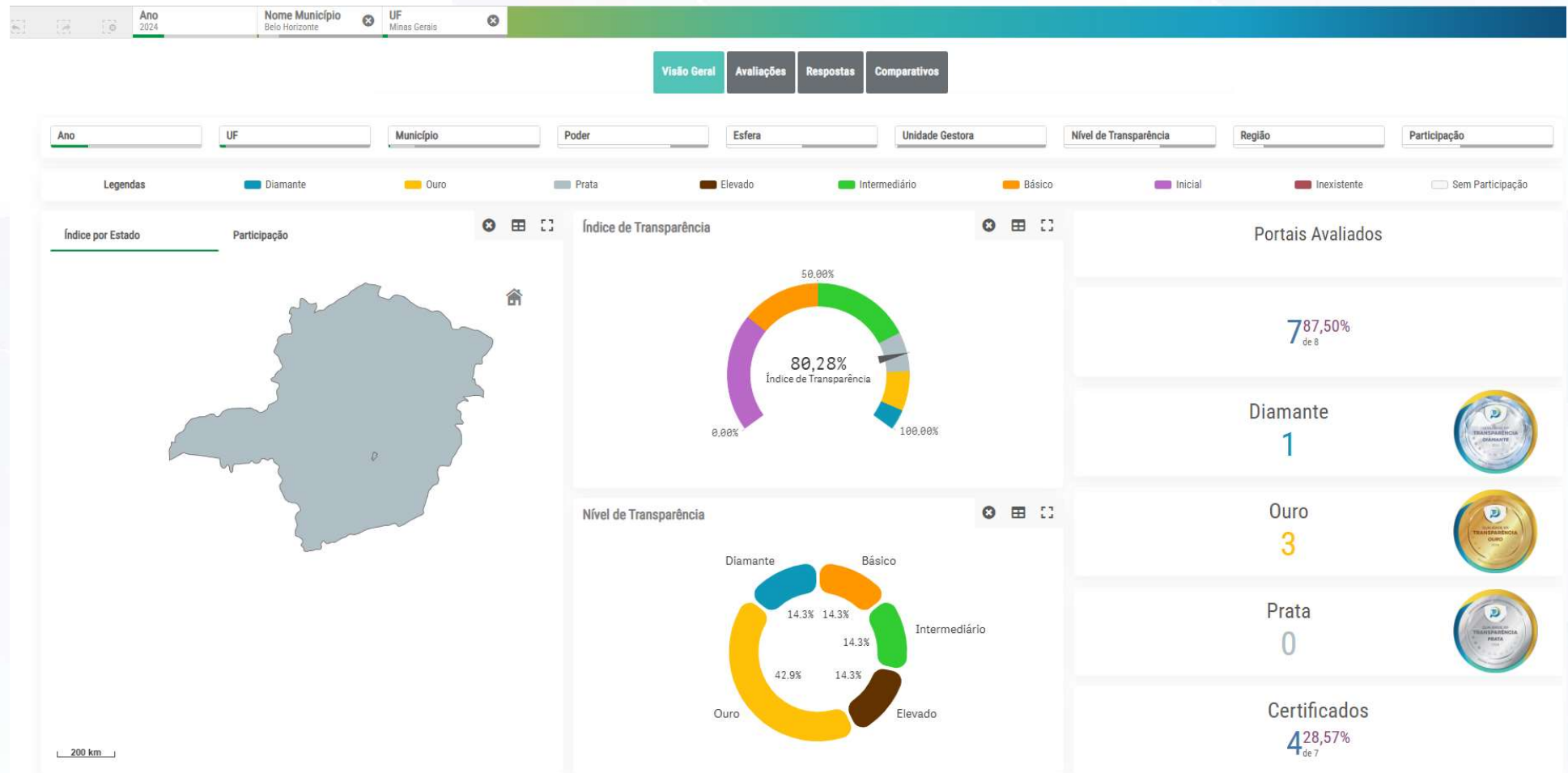


# TRANSPARÊNCIA EM MINAS GERAIS



<https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>

# TRANSPARÊNCIA EM BELO HORIZONTE



<https://radardatransparencia.atricon.org.br/panel.html>

# PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DE MINAS GERAIS



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE MINAS GERAIS



# **PASSO PARA O NOVO CONTROLE**

# **GESTÃO PÚBLICA**

**Conjunto de ações desenvolvidas pelos órgãos e entidades governamentais para viabilizar a concretização dos objetivos gerais do Estado, em consonância com as políticas definidas pelo Governo.**



POLÍTICAS  
PÚBLICAS

- Planejamento
- Arrecadação
- Orçamento
- Contabilidade
- Gestão de Pessoas
- Gestão de Bens e Serviços
- **Controle**
- **Auditoria**
- **Transparência**
- **Combate à Corrupção**

SERVIÇOS  
PÚBLICOS



# CONTROLE PÚBLICO

**São todos os instrumentos destinados à vigilância, fiscalização e verificação administrativa que permitam prever, observar, dirigir ou governar os atos e fatos que produzam reflexos no patrimônio público.**

ESFERA	PODER	ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO	ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO
Federal	Executivo	Controladoria Geral da União - CGU	Tribunal de Contas da União - TCU
	Judiciário	Unidade de Auditoria Interna	
	Legislativo		
Estadual (MG )	Executivo	Controladoria Geral do Estado - CGE	Tribunal de contas do Estado - TCE
	Judiciário	Unidade de Auditoria Interna	
	Legislativo		
Municipal	Executivo	Controladoria Geral do Município	Tribunal de Contas do Estado - TCE

## CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE CONTROLE

As fraudes por descontos indevidos no pagamento de aposentados e pensionistas do INSS, decorrentes da Operação Sem Desconto, tomaram conta do noticiário político e policial.

O relatório da Controladoria Geral da União (CGU) e da Polícia Federal (PF) apontam que R\$ 6,3 bilhões de descontos associativos realizados entre 2019 e 2024 são suspeitos de fraudes.



# INICIATIVAS PARA O AVANÇO DO CONTROLE PÚBLICO

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 16. Os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021\)](#)

# INICIATIVAS PARA O AVANÇO DO CONTROLE PÚBLICO

## LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

**Art. 171.** Na fiscalização de controle será observado o seguinte:

[...]

II - adoção de procedimentos objetivos e imparciais e elaboração de relatórios tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria do respectivo órgão de controle, de modo a evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e no tratamento dos fatos levantados;

# INICIATIVAS PARA O AVANÇO DO CONTROLE PÚBLICO

## LEI COMPLEMENTAR DE RONDÔNIA Nº 1.109, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021

Dispõe sobre a transformação da Superintendência Estadual de Contabilidade - SUPER em Contabilidade Geral do Estado - COGES, altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 965, de 19 de dezembro de 2017 e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 697, de 26 de dezembro de 2012 e Lei Complementar nº 911, de 12 de dezembro de 2016.

# INICIATIVAS PARA O AVANÇO DO CONTROLE PÚBLICO

## LEI DA PARAÍBA Nº 13.537, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre a Lei Orgânica da Auditoria de Controle Externo, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e dá outras providências.

# INICIATIVAS PARA O AVANÇO DO CONTROLE PÚBLICO

## LEI COMPLEMENTAR DO MUNICÍPIO DE ARAÇÁS Nº 356/2025

Trazendo as seguintes inovações: instituição de conceitos de acordo com as boas práticas de controle público, conforme os pronunciamentos profissionais da Organização Internacional das Instituições Superiores de Controle (INTOSAI); atualização das competências da Controladoria; estruturação e descrição das macrofunções de controladoria (corregedoria, auditoria e ouvidoria); e criação de mais dois cargos efetivos de carreira específica da Controladoria, em atendimento às disposições da Resolução nº 1.120/05 do TCM-BA e da Orientação Técnica nº 05/2018 da Rede de Controle da Gestão Pública.



## **CONTROLE INTERNO**

É O CONJUNTO DE FUNÇÕES INTERLIGADAS  
DESTINADAS AO BOM DESEMPENHO E  
FUNCIONAMENTO DE UMA ORGANIZAÇÃO.

**X**

## **AUDITORIA**

AVALIA A ADEQUAÇÃO E A EFICÁCIA  
DO CONTROLE INTERNO.

**A Auditoria Pública tem por objetivo examinar a regularidade e avaliar a eficiência da gestão administrativa e dos resultados alcançados, bem como apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos e controles internos das unidades da administração direta e indireta.**

## **NATUREZA DA AUDITORIA PÚBLICA**

**A auditoria de conformidade e a auditoria operacional possuem objetivos distintos, mas podem se complementar.**

**A auditoria de conformidade verifica se os atos de gestão estão em conformidade com as leis, regulamentos e normas aplicáveis.**

**A auditoria operacional avalia a eficiência, eficácia e economia das operações e processos de uma organização.**

## AUDITORIA OPERACIONAL

► **Foco:** vantajosidade e economicidade das operações;

► **Foco:** Desempenho, eficiência e eficácia dos processos;

► **Foco:** avaliação do alcance das políticas públicas. Eficiência + eficácia.



### **Economia**

Manter os custos baixos



### **Eficiência**

Aproveitar ao máximo os recursos disponíveis



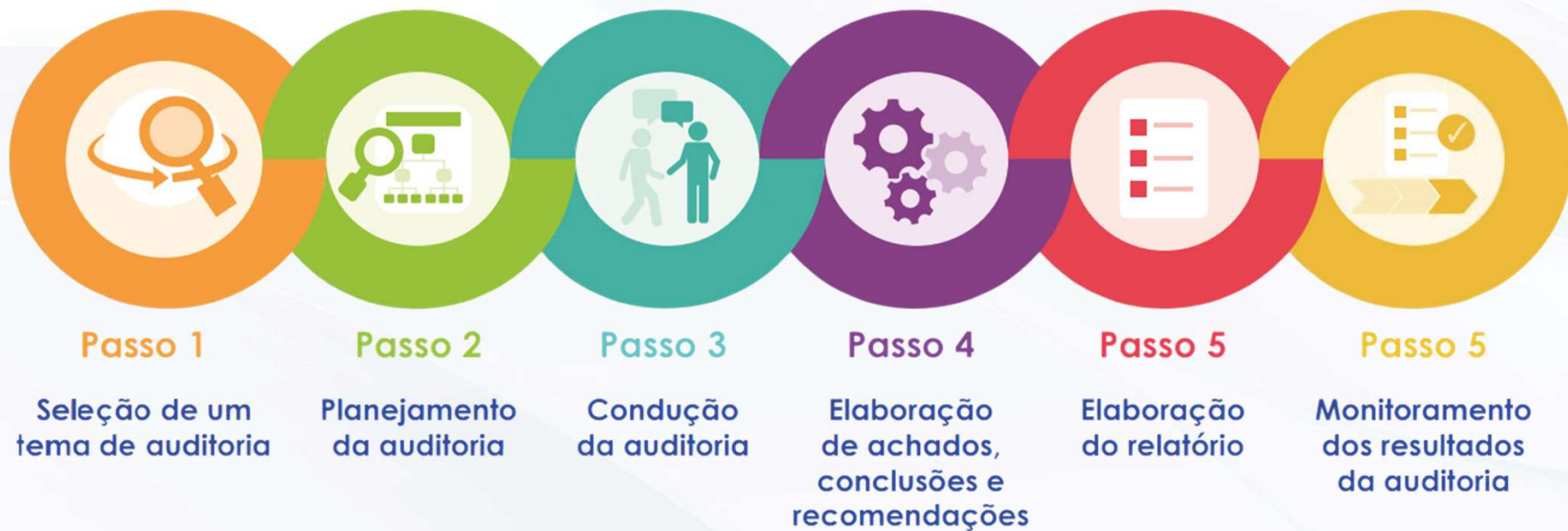
### **Efetividade**

Cumprir os objetivos e alcançar os resultados pretendidos

## O PROCESSO DA AUDITORIA OPERACIONAL



## O PROCESSO DA AUDITORIA OPERACIONAL



## **O Processo de Auditoria Operacional**

<b>I – Planejamento</b>	<b>Seleção do objeto, equipes, recursos e prazos de entrega da auditoria. Elaboração da Matriz de Planejamento.</b>
<b>II - Execução</b>	<b>Coleta de dados, avaliação e consolidação dos dados, elaboração da Matriz de Achados e do Relatório de Auditoria.</b>
<b>III – Finalização dos trabalhos</b>	<b>Referenciação e arquivamento dos papéis de trabalho, encaminhamento do Relatório de Auditoria ao gestor e autoridades competentes.</b>
<b>IV – Pós-auditoria</b>	<b>Acompanhamento e monitoramento do objeto auditado para verificação do cumprimento das recomendações.</b>

## MODELO DE MATRIZ DE PLANEJAMENTO DE AUDITORIA

**PROBLEMA:** Enunciar de forma clara e resumida o aspecto a ser focado pela auditoria, de acordo com o levantamento de auditoria previamente realizado.

QUESTÃO DE AUDITORIA	INFORMAÇÕES REQUERIDAS	FONTES DE INFORMAÇÃO	ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	MÉTODOS DE COLETA DE DADOS	MÉTODOS DE ANÁLISE DE DADOS	LIMITAÇÕES	O QUE A ANÁLISE VAI PERMITIR DIZER
Especificar os termos chave e o escopo da questão:  período de abrangência; população alvo; área geográfica.	Identificar as informações necessárias para responder a questão de auditoria.	Identificar as fontes de cada item de informação.	Especificar as comparações a serem feitas, as técnicas amostrais a serem utilizadas: estudo de caso; pesquisa; delineamento experimental; delineamentos quase experimentais; delineamentos não experimentais	Especificar os métodos de coleta a serem empregados, quais sejam: entrevistas (estruturadas ou não estruturadas); questionário enviado pelo correio; observação direta; dados secundários.	Especificar as técnicas a serem utilizadas na análise de dados, quais sejam: estatística descritiva; análise qualitativa; análise de conteúdo; outras.	Especificar as limitações relativas: à estratégia metodológica adotada; à qualidade das informações; às condições operacionais de realização do trabalho.	Esclarecer precisamente que conclusões ou resultados podem ser alcançados a partir da estratégia metodológica adotada.



# EXEMPLOS DE APLICAÇÃO PRÁTICA DE UMA AUDITORIA OPERACIONAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

## 1. Educação Infantil:

Avaliação de creches e pré-escolas (infraestrutura, acesso e qualidade).

## 2. Saúde:

Cobertura de vacinação e assistência pré-natal.

Monitoramento de programas nutricionais.



# A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação contábil é utilizada para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

## Usuários:

- STN - Relatórios Fiscais (RGF, RREO, MSC, DCA)
- Gestores Públicos (Relatórios Gerenciais)
- TCE – MP – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – CGE (Prestações de Contas e Auditorias)
- Sociedade (Controle social, Portais de informações e transparência, acadêmicos, dentre outros)

# A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

## Características Qualitativas da Informação Contábil

- **Relevância:** cumpre o objetivo da informação contábil;
- **Representação fidedigna:** corresponde fielmente ao fenômeno econômico;
- **Compreensibilidade:** entendimento pelo usuário;
- **Tempestividade:** estar disponível no momento necessário;
- **Comparabilidade:** possibilidade de cotejamento entre dois fenômenos;
- **Verificabilidade:** assegura a representação do fenômeno econômico.

# CONCLUSÃO

## **O que pode ser feito? (inovações)**

- **Regulamentação e fortalecimento das instituições de controle;**
- **Inovações tecnológicas (novas ferramentas de análise de dados, inteligência artificial);**
- **Aprimoramento de processos (novas metodologias de gestão, desenvolvimento de pessoal, gestão de riscos, comunicação interna e externa);**
- **Fortalecer a cultura de transparência nas informações públicas (LAI, publicações de informações, canais de denúncias);**
- **Envolvimento da sociedade civil (audiências públicas, participação de ONGs, controle social).**

## **Quais os desafios?**

- **Fortalecer cada vez mais o Estado de Direito;**
- **Resguardar o patrimônio Público;**
- **Velar pelo cumprimento da probidade administrativa;**
- **Assegurar a transparência nas informações públicas;**
- **Atingir as políticas públicas que atendam plenamente o cidadão.**

# Obrigado!

[henriquehgm@yhao.com.br](mailto:henriquehgm@yhao.com.br)

